

Conclusão

Hume, no *Tratado*, tinha como alguns de seus propósitos se opor às crenças advindas de superstições e também dos argumentos metafísicos de sua época e ainda mostrar a insuficiência dos argumentos racionalistas para justificar, independentemente da experiência, o nosso conhecimento. No Livro I, sua meta era, aplicando o método experimental, propor uma explicação para o entendimento humano que fosse baseada na experiência.

Tentou mostrar que as crenças advindas de superstições e da metafísica tradicional eram baseadas nos princípios triviais e irregulares da imaginação e que seria possível distingui-las e separá-las daquelas baseadas nos princípios regulares dessa faculdade da mente, que seriam suficientes para explicar as nossas crenças sobre a natureza.

Hume atinge parcialmente seus propósitos, pois consegue mostrar de forma satisfatória que é através da imaginação, enquanto opera através dos princípios regulares, que realizamos os raciocínios indutivos, aqueles que nos permitem estabelecer relações entre objetos que vão além do que os nossos sentidos nos proporcionam e que, assim, nos permitem formular idéias de causa e efeito. Além disso, é a imaginação que nos permite formular idéias abstratas e relacionar objetos e eventos com palavras. E mostrou a impossibilidade de se estabelecerem essas relações independentemente da experiência, já que não há nada nos objetos que nos leve, *a priori*, a relacioná-los com outros em uma associação causal. Ao contrário, é o hábito, operando sobre a imaginação, que nos determina a unir idéias e objetos em uma relação de causa e efeito. Porém, por outro lado, Hume chega à conclusão que não é possível dispensar totalmente o funcionamento trivial da imaginação, pois só através dele, por exemplo, podemos nos livrar do ceticismo total quanto à existência contínua e independente dos objetos, e também formar a idéia de identidade pessoal. E sem essas crenças, o ser humano não funcionaria como funciona.

A Imaginação, no Livro I do *Tratado*, é apresentada inicialmente como uma faculdade que nos permite criar ficções sem importância para o conhecimento, ou idéias sem força e vividez. As outras faculdades do entendimento humano seriam os sentidos, a memória e a razão.

Ao longo da obra, porém, Hume apresenta outras formas de funcionamento da imaginação, responsáveis por várias das nossas crenças, até que essa faculdade se torna,

ao final, o fundamento de grande parte da nossa mente. A imaginação, na conclusão do Livro I, é apresentada como o fundamento das nossas demais faculdades: o entendimento, os sentidos e a memória. É o fundamento da nossa crença nos nossos sentidos, porque, sem ela, estaríamos presos ao ceticismo que não nos permitiria crer que os objetos existem independentemente de estarem sendo percebidos pelos sentidos. A imaginação é o que nos permite estender nossa crença naquilo que os sentidos nos dão. É também o fundamento da memória, pois é a faculdade que nos permite crer que as lembranças têm relação com impressões passadas. Finalmente, é ainda a base para os raciocínios, ou seja, também é o fundamento da razão.

A imaginação passa por várias adaptações no *Tratado* e, no final, podemos identificar três formas de seu funcionamento.

A primeira, mais geral, se refere à capacidade da mente de reconhecer, nas impressões e idéias, diferenças e, a partir dessas distinções, fazer separações e associações diferentes das percepções originais. A imaginação tem a habilidade de transcender o âmbito da experiência e conceber idéias e sistemas que não podem ser empiricamente conhecidos. Nesse caso, ela pode funcionar segundo quaisquer princípios de associação, regulares ou irregulares, e as novas idéias geradas podem ser fortes e vívidas ou não.

O segundo sentido se refere a quando a imaginação opera apenas segundo princípios regulares, ou seja, de acordo com a regularidade da experiência e sob a influência do hábito. Nesse caso, a intensidade da crença depende da regularidade das experiências, dos casos contrários, da quantidade de elos na cadeia de relações de causa e efeito e de outros fatores.

O terceiro sentido se refere a quando essas associações não seguem os princípios regulares, formando idéias que podemos chamar de *ficções*. Esses tipos de idéias da imaginação, a princípio, não seriam acompanhados por crença, como as idéias que sabemos que não correspondem a impressões. Porém algumas delas são naturalmente acompanhadas por crença, como a idéia de que os objetos são independentes da nossa percepção e continuam existindo quando não estão sendo percebidos. Outras idéias desse tipo são acompanhadas por crença quando não deveriam ser, como no caso das falsas memórias ou as idéias do mentiroso. Num primeiro momento, poderíamos pensar que as ficções da imaginação não deveriam ser acatadas pela ciência do homem, porém, sem essa imaginação, Hume mostrou que seríamos levados para o ceticismo radical e que, portanto, não podemos dispensar totalmente as sugestões triviais da imaginação.

De maneira semelhante, no segundo sentido, a imaginação cumpre o papel de construir uma ponte entre os casos observados e os casos não observados, atribuindo aos eventos que nos são apresentados em conjunção constante uma relação de causa e efeito, já que essa relação não pode ser diretamente observada nos objetos e nem pode ser demonstrada. Nem a memória nem a razão apenas podem desempenhar esse papel. Ao fundamentar o conhecimento sobre a natureza nos raciocínios prováveis e estes na imaginação e no hábito, como uma forma natural e inevitável de o ser humano funcionar, Hume propôs uma naturalização da razão humana e atribuiu a um instinto a capacidade de realizar esses raciocínios.

A faculdade de realizar raciocínios, isto é, de gerar idéias que extrapolam a experiência sensível, pode se dar por meio dos raciocínios prováveis ou dos raciocínios demonstrativos. Como Hume usa “razão” no sentido de faculdade de formação tanto de uns como dos outros e, por outro lado, baseia os raciocínios na imaginação, devemos entender que há uma interseção nos conceitos de *Razão e Imaginação* na obra analisada.

Devemos, portanto, considerar que, quando Hume se refere à razão, ele pode estar se referindo a um entre dois sentidos: quando opõe razão à imaginação em seu sentido mais amplo, ele tem em mente a razão também no sentido mais amplo. Quando opõe razão ao sentido de raciocínios prováveis, ele se refere aos raciocínios demonstrativos.

Quanto à memória, no *Tratado* Hume não define esse termo, mas procura fazer uma distinção entre memória e imaginação. Essa distinção, porém, não se resolve totalmente pelos critérios apresentados. E são os mesmos critérios apresentados para distinguir impressões de idéias: a força e vividez das percepções. A força e a vividez das idéias não são exclusivas das idéias de memória, podendo acompanhar alguns tipos de idéias de imaginação. E, ainda, idéias de memória podem ter reduzida sua força e vividez. Além disso, Hume não consegue explicar o que é a força e vividez em termos objetivos. A explicação final é que é um *sentimento* e que todos sabemos como é esse sentimento quando temos uma idéia ou uma impressão. Existe uma capacidade que faz parte da constituição natural do ser humano, que nos faz *sentir* com diferentes graus de força e vividez nossas percepções, na seguinte ordem decrescente: as impressões, as idéias da memória e as idéias da imaginação, em graus que dependem da regularidade da experiência.

Na discussão sobre força e vividez, na tentativa de compreender melhor os sentidos desses termos usados por Hume, procurei mostrar que há dois sentidos distintos para essas expressões, usadas em conjunto na maior parte da obra. Os sentidos são o

brilho da imagem e a influência da idéia sobre a mente. O primeiro, frequentemente, implica o outro, porém não sempre. Isso indica que são dois critérios que poderiam ser usados separadamente. Vimos que, em alguns casos, essa separação ajuda a distinguir idéias de memória e idéias de imaginação. Em outros casos, a distinção continua problemática.

Em resumo, portanto, com este trabalho, analisamos os diferentes conceitos de imaginação usados por Hume; analisamos igualmente o papel desses vários tipos de imaginação na formação de crença e conhecimento e os problemas relacionados; apresentamos e discutimos os critérios usados por Hume para distinguir as idéias de imaginação das idéias de memória; apresentamos a relação entre imaginação e razão, mostrando como Hume naturalizou a razão humana, sustentando-a na imaginação; e apresentamos as conseqüências epistemológicas dessa abordagem sobre o conhecimento baseado na imaginação.

Penso também que se tornou clara a importância da discussão mais profunda sobre o papel da imaginação na teoria da mente de Hume, pois, sem compreender essa faculdade enquanto faculdade muito mais complexa e rica do que apresentada inicialmente no *Tratado*, a compreensão da teoria da mente tal como proposta pelo filósofo se torna inviável.